

OS BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO COLETIVO E INCLUSIVO EM MUSICOTERAPIA PARA PACIENTES AUTISTAS

*The Benefits of Collective and Inclusive care Practices in Music Therapy for
Autistic Patients*

*Los Beneficios de las Prácticas de Cuidado Colectivo e Inclusivo en
Musicoterapia para Pacientes Autistas*

Pablo Domingues Cobello¹ Sarah Caroline Jeronimo da Silva² Michelle de Melo Ferreira³
ORCID 0009-0004-9395-1020 ORCID 0000-0001-6315-2915 ORCID 0000-0002-8413-5302

19

Resumo - Este artigo de revisão de literatura investiga os benefícios da prática musicoterapêutica coletiva em ambientes inclusivos para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A pesquisa foi conduzida nas bases de dados MEDLINE, SciELO e Google Acadêmico, resultando na seleção de um artigo e uma dissertação de mestrado que atenderam aos critérios de inclusão. Os estudos analisados indicam que a musicoterapia em grupo promove avanços significativos nas habilidades sociais, especialmente no que diz respeito à comunicação não verbal, à reciprocidade nas interações e ao aumento da iniciativa social em contextos compartilhados. Conclui-se que a musicoterapia grupal é uma ferramenta promissora para a inclusão social de crianças e adolescentes com TEA. No entanto, observa-se a escassez de publicações e práticas sistematizadas sobre o tema, indicando a necessidade de mais estudos e propostas interventivas nessa área.

Palavras-Chave: musicoterapia e autismo, inclusão, social

Abstract - This literature review article investigates the benefits of collective music therapy practices in inclusive settings for children and adolescents with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research was conducted through the MEDLINE, SciELO, and Google Scholar databases, resulting in the selection of one scientific article and one master's thesis that met the established inclusion criteria. The analyzed studies indicate that group music therapy promotes significant improvements in social skills, particularly in non-verbal communication, reciprocal interactions, and increased social initiative in shared contexts. It is concluded that group music therapy is a promising tool for the social inclusion of children and adolescents with

- 1 Músico licenciado, pós-graduado em Musicoterapia Aplicada, Departamento de Música, Faculdade Santa Marcelina, Faculdade Santa Marcelina, São Paulo - SP, Brasil.
<https://lattes.cnpq.br/9947233225282301>,
e-mail: pablo.cobello@icloud.com
- 2 Musicoterapeuta. Especialista em Musicoterapia Aplicada, Professora do curso de pós-graduação em Musicoterapia Aplicada, Departamento de Música, Faculdade Santa Marcelina, São Paulo - SP, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5650135054496869>, e-mail: sarahcarolinejs@gmail.com
- 3 Musicoterapeuta, Fonoaudióloga, graduanda em Psicologia, Mestre em Ciências pelo programa de pós-graduação em Psicobiologia pela EPM/UNIFESP, Professora do curso de Pós-Graduação em Musicoterapia Aplicada, Departamento de Música, Faculdade Santa Marcelina, São Paulo - SP, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2905323987068079>, e-mail: mt.michelledemelo@gmail.com

ASD. However, the literature and practical applications in this field remain limited, highlighting the need for further studies and intervention proposals.

Keywords: music therapy and autism; inclusion; social

Resumen - Este artículo de revisión de literatura investiga los beneficios de las prácticas de musicoterapia colectiva en contextos inclusivos para niños y adolescentes con Trastorno del Espectro Autista (TEA). La investigación se realizó en las bases de datos MEDLINE, SciELO y Google Académico, resultando en la selección de un artículo científico y una tesis de maestría que cumplieron con los criterios de inclusión establecidos. Los estudios analizados indican que la musicoterapia grupal favorece mejoras significativas en las habilidades sociales, especialmente en la comunicación no verbal, la reciprocidad en las interacciones y el aumento de la iniciativa social en contextos compartidos. Se concluye que la musicoterapia grupal es una herramienta prometedora para la inclusión social de niños y adolescentes con TEA. Sin embargo, se observa una escasez de publicaciones y de prácticas sistematizadas sobre el tema, lo que señala la necesidad de más estudios y propuestas de intervención en esta área.

Palabras clave: musicoterapia y autismo; inclusão; social

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento multifatorial decorrente de fatores genéticos e/ou hereditários caracterizado por déficits na comunicação, habilidades sociais, comportamentos repetitivos e restritivos, que se manifesta de maneira distinta em cada indivíduo, dependendo de fatores genéticos e ambientais na primeira infância e persiste ao longo da vida (APA, 2014).

Segundo o último relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças - CDC - uma agência do Departamento de Saúde dos Estados Unidos, realizado no ano de 2020 e divulgado em dezembro de 2021, a prevalência do diagnóstico de TEA em crianças de 8 anos de idade, é cerca de 1 a cada 36 crianças no país (Maenner, Warren & Williams, 2020). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 1 a cada 100 crianças esteja no espectro do autismo, com base em dados internacionais disponíveis até 2022 (WHO, 2022). No Brasil, embora não existam dados oficiais atualizados sobre a prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em toda a população, estimativas como as apresentadas por Francisco Paiva Junior, editor da Revista Autismo, utilizam esse dado da OMS (1%) como base para projeções. Considerando esse percentual aplicado à população brasileira total, chega-se à estimativa de mais de 2 milhões de pessoas com TEA no país (Junior, 2024). É importante destacar, contudo, que essa estimativa não equivale a um dado oficial e parte de uma inferência baseada na taxa mundial de prevalência em crianças.

Entre as características apresentadas no autismo, destacam-se os déficits persistentes na comunicação verbal e não-verbal e nas relações sociais em seus múltiplos contextos, incluindo a falta de reciprocidade social, compartilhamento de interesses reduzidos, dificuldade de reconhecer e demonstrar emoções ou afeto, além de comportamentos adaptativos em suas interações (Steinbrenner, Hume, Odom et al, 2020).

As habilidades sociais envolvem um conjunto amplo de interações que são fundamentais para a formação do indivíduo e de sua personalidade, no contexto emocional, físico e cognitivo e contribuem no desenvolvimento de valores, normas e atitudes que sustentam a construção e interpretação da realidade social e suas relações

em grupos/sociedade (Mendes, 2024). A promoção dessas habilidades é essencial para que as pessoas com TEA possam vivenciar uma inclusão real na sociedade. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura os direitos das pessoas com deficiência, promovendo condições para o exercício da inclusão social e cidadania, e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades comunicativas e sociais das pessoas com TEA (Brasil, 2015).

Neste trabalho, entende-se *inclusão* como a participação ativa e significativa da pessoa com TEA em ambientes sociais diversos, nos quais esteja em contato com indivíduos neurotípicos e/ou com outras pessoas com deficiência, garantindo o convívio com a diversidade. Isso significa promover oportunidades reais de interação, comunicação e convivência mútua em espaços comuns – como escolas, comunidades, centros culturais e religiosos – e não apenas em contextos segregados. Acredita-se que o autismo não deve ser tratado de maneira isolada ou restrita a agrupamentos homogêneos, pois isso pode reforçar práticas excludentes. Incluir, portanto, é possibilitar a presença, a participação e o pertencimento da pessoa com TEA no tecido social como um todo.

Atualmente, as pessoas com TEA podem se beneficiar de um acompanhamento terapêutico multidisciplinar, tanto para a intervenção individual como em grupo. As intervenções farmacológicas são necessárias em alguns casos. O acompanhamento terapêutico pode incluir profissionais capacitados que auxiliam no desenvolvimento de diferentes habilidades, formando uma equipe composta por especialistas de áreas como psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicopedagogia, fisioterapia, nutrição e musicoterapia, entre outros (Steinbrenner, Hume, Odom et al., 2020; Ferreira, 2025).

A musicoterapia é um campo de conhecimento, cuja prática é realizada por um profissional qualificado (graduado e/ou especialista em musicoterapia) que estuda os efeitos da música na utilização de experiências musicais, resultantes do encontro entre o/a musicoterapeuta e o cliente mediados pela música. A prática da musicoterapia contribui com o aumento das possibilidades de existir e agir, seja no trabalho individual, com grupos, nas comunidades, organizações, instituições de saúde e sociedade, nos âmbitos da promoção, prevenção, reabilitação da saúde e de transformação de contextos sociais e comunitários; evitando dessa forma, que haja danos ou diminuição dos processos de desenvolvimento do potencial das pessoas e/ ou comunidades (Bruscia, 2016; UBAM, 2018).

Nas últimas décadas, o número de publicações em musicoterapia e TEA tem aumentado. No ano de 2020 uma importante associação de autismo nos Estados Unidos da América, denominada NCAEP (The National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice), realizou um trabalho de revisão sistemática que foi constatado que a musicoterapia é uma prática baseada em evidências científicas no tratamento do autismo (Steinbrenner, Hume, Odom et al, 2020), apresentando um efeito positivo na intervenção com esta população.

As habilidades mais efetivas observadas foram nas áreas da comunicação e no âmbito social, com ganhos mais expressivos na primeira e segunda infância, especialmente em consonância com o período escolar (Steinbrenner, Hume, Odom et al, 2020). Este público infantojuvenil frequentador das escolas vivencia as experiências que o ambiente escolar favorece, como a aprendizagem, o convívio e a integração com seus pares. Além disso, outros espaços dentro da comunidade, como igrejas, centros de convivência, parques, espaços culturais, entre outros, podem atingir objetivos semelhantes e proporcionar novas formas de interação.

Com a necessidade de potencializar e objetivar o uso da música como canal para terapia, se faz necessário a intervenção por um musicoterapeuta. Como prática com evidências científicas, a musicoterapia é cada vez mais recomendada pelos médicos neurologistas para pessoas com TEA. No entanto, é percebido que a intervenção feita pelos musicoterapeutas é realizada basicamente no contexto clínico individual a fim de desenvolver e potencializar os contextos e habilidades em pessoas TEA e deveria também estar incluída nos ambientes grupais, sendo dentro do ambiente escolar, na comunidade, clínicas e/ou hospitais.

A intervenção grupal em musicoterapia oferece uma série de benefícios que não podem ser alcançados em contextos individuais. Primeiramente, ela favorece o desenvolvimento de habilidades sociais, uma das principais dificuldades enfrentadas por pessoas com TEA. Em um ambiente grupal, o indivíduo tem a oportunidade de praticar habilidades de comunicação em contextos mais naturais e dinâmicos, como turnos de fala, empatia e resolução de conflitos. O musicoterapeuta pode criar atividades musicais colaborativas que incentivem a interação, como a construção conjunta de ritmos e melodias, o que facilita a troca de ideias e a socialização.

Pesquisas como as de Walworth (2008) demonstraram que a musicoterapia grupal pode ser eficaz na promoção da interação social. Atividades como improvisação musical e jogos de ritmo colaborativo ajudaram crianças com TEA a melhorar sua interação com os outros, enquanto fortaleciam sua confiança nas habilidades comunicativas. Além disso, a musicoterapia grupal é uma maneira eficaz de promover a inclusão e a adaptação dos indivíduos com TEA na comunidade, ajudando-os a se integrar e a se sentirem pertencentes.

A música tem o poder de atravessar barreiras linguísticas e cognitivas, criando uma forma de comunicação não-verbal que é particularmente útil para pessoas com dificuldades de expressão verbal. A prática grupal oferece um espaço de aceitação, onde todos têm a oportunidade de interagir de maneira inclusiva.

Geretsegger et al. (2014) mostraram que a musicoterapia grupal, realizada em ambientes escolares, foi eficaz na melhoria das interações sociais entre alunos com TEA e seus colegas, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo. Quando inserida em contextos grupais, a musicoterapia também favorece a aprendizagem cooperativa, onde as crianças podem compartilhar ideias e trabalhar em conjunto, o que fortalece tanto o desenvolvimento de habilidades sociais quanto a capacidade de resolução de problemas.

Além disso, a intervenção musicoterapêutica em grupos oferece a oportunidade de envolver pais e cuidadores, criando uma rede de apoio mais ampla e promovendo uma compreensão mais profunda sobre as necessidades dos indivíduos com TEA. Pesquisas como a de Standley (2000) mostraram que, ao envolver a família nas sessões grupais, as dinâmicas familiares melhoravam, promovendo uma maior compreensão e aceitação da pessoa com TEA.

Essa abordagem é respaldada por evidências científicas que destacam os benefícios terapêuticos da musicoterapia grupal, como a melhoria da regulação emocional e das habilidades de comunicação não-verbal, especialmente quando realizada em ambientes educativos ou terapêuticos. Gold et al. (2006), em uma revisão sobre musicoterapia no autismo, destacaram que as sessões grupais proporcionaram uma experiência de socialização significativa para as crianças com TEA, ajudando-as a desenvolver habilidades essenciais para a vida cotidiana.

Essa prática musicoterapêutica é referida por Bruscia (2016) como uma prática ecológica, cujo objetivo principal é auxiliar o cliente a adaptar-se e a assimilar-se na

comunidade que está inserido, enquanto este também auxilia a comunidade na adaptação e acomodação do mesmo.

Tendo em vista a importância da inclusão social, levanta-se o seguinte questionamento: Quais os benefícios na prática coletiva e inclusiva de musicoterapia em crianças com TEA em idade escolar?

Para responder essa questão é proposto neste trabalho uma revisão de literatura sobre a intervenção musicoterapêutica em grupo no âmbito social e de inclusão com crianças e jovens com TEA.

2. Metodologia

Para este artigo de revisão de literatura narrativa com abordagem integrativa, primeiramente foi elaborada uma questão norteadora para iniciar a busca dos artigos sob mediação estratégico PICO (Santos et al, 2007), cujo "P" refere-se à população, "I" o fenômeno de interesse e "Co" o contexto. Dito isso, institui-se "P" como o "Transtorno do Espectro Autista", "I" - "musicoterapia" e "Co" a "inclusão social".

Para buscar os artigos foram utilizados os seguintes descritores "musicoterapia e autismo", "inclusão" e "social", combinados entre si nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Google Scholar nos idiomas português, espanhol e inglês, publicados dos últimos seis anos (de 2019 a 2024).

Foram incluídos artigos que abordassem a musicoterapia como tema principal, com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em intervenções realizadas em contextos grupais e/ou inclusivos. Estes estudos devem envolver grupos mistos compostos por indivíduos com TEA e neurotípicos, com foco na inclusão social de indivíduos com TEA em contextos colaborativos com neurotípicos. Além disso, os estudos incluídos devem ser conduzidos por profissionais habilitados em musicoterapia, com acesso ao texto completo, e serem estudos originais.

Os critérios de exclusão dos artigos foram: aqueles que não abordavam diretamente a temática em questão; artigos disponibilizados parcialmente; estudos nos quais a intervenção não utilizava a prática musicoterapêutica como intervenção principal ou não era conduzida por um profissional da área; pesquisas que não tinham a

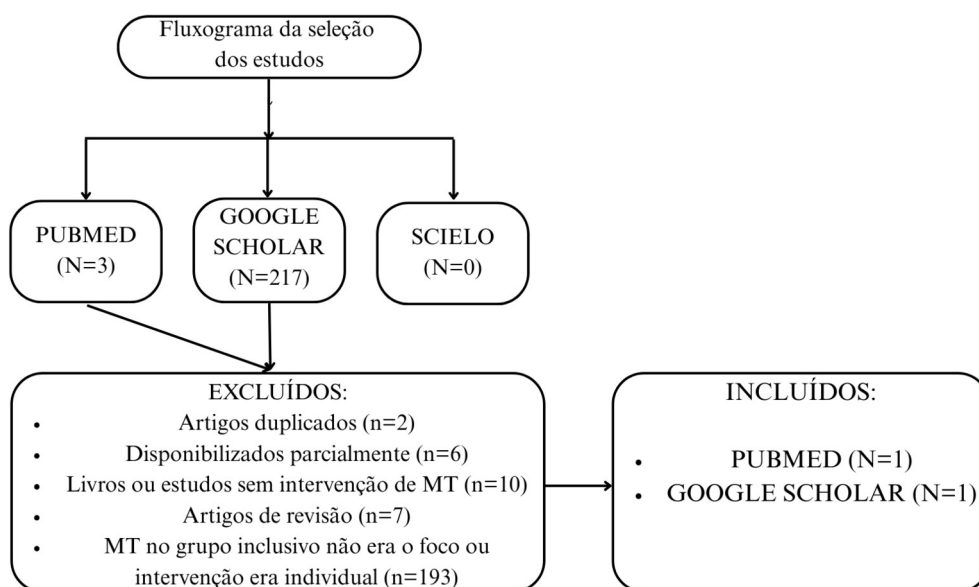
prática musicoterapêutica como intervenção central; trabalhos com intervenção individual; artigos duplicados; artigos de revisão e livros.

3. Resultados

Diante da pesquisa, foram encontrados um total de 220 trabalhos. No entanto, 218 foram excluídos por se tratarem de artigos duplicados (2 artigos), disponibilizados parcialmente (6 artigos), livros ou estudos em que a intervenção não era de musicoterapia (10 trabalhos), artigos de revisão (7 trabalhos), além de artigos nos quais a musicoterapia em grupo inclusivo não era o principal objeto de estudo ou que os atendimentos eram individuais. (193 trabalhos) (figura 1). Dessa forma, restaram 2 trabalhos incluídos, conforme apresentado no Quadro 1 a seguir:

26

Figura 1. Fluxograma dos resultados



Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 1 Resultado dos artigos encontrados

AUTOR/ANO/PAÍS	OBJETIVO/INTERVENÇÃO	RESULTADOS
Ameal, L. C., De Cunto T., G., & Sholl-Franco, A. (2022) / Brasil	Avaliar a percepção de educadores e musicoterapeutas sobre a utilização de experiências musicais para a inclusão de crianças e adolescentes com TEA. Pesquisa de campo descritivo-exploratória no período de março de 2016 a março de 2017, na qual participaram 63 professores do ensino básico, 59 professores de música, 35 profissionais da educação (não professores) e 25 musicoterapeutas	97,3% dos participantes afirmam que a utilização de experiências musicais são importantes no processo de inclusão de crianças e adolescentes, 99,2% consideram que atividades musicais em grupo auxiliam na inclusão, 98,8% reconhecem que a música com objetivos terapêuticos contribuem para a inclusão, 80,7% utilizam música para incluir e 86,1%, atestam que a música melhora a interação social em pessoas com TEA.
Silvestrain, Laura (2022) Estados Unidos	Examinar as conexões em relações construídas entre adolescentes autistas e neurotípicos em função de participação em um processo de musicoterapia virtual em grupo, inclusivo e performativo.	Resultados indicaram que a musicoterapia performativa tem potencial para construir conexões e proximidade das relações entre os pares.

Fonte: Categorização dos artigos incluídos, fonte: elaborado pelos autores

Ameal, L. C., De Cunto T., G., & Sholl-Franco, A. (2022) recrutaram 182 participantes entre professores, psicólogos, fonoaudiólogos, coordenadores pedagógicos, diretores de ensino, inspetor de alunos e musicoterapeutas, que possuem vínculo em instituições de ensino público e/ou privado para avaliar a percepção deles quanto a contribuição e relevância do uso da música na inclusão de crianças e adolescentes com o TEA. Para coletar as respostas dos participantes, foi elaborado um questionário contendo as seguintes perguntas:

1. Experiências musicais auxiliam o processo de inclusão de pessoas TEA?
2. Atividades musicais em grupo contribuem para a inclusão?
3. A música, com objetivos terapêuticos, contribui para a inclusão?

4. Você utiliza música como ferramenta para a inclusão?
5. A música melhora a interação social em pessoas TEA?
6. Todas as pessoas gostam de música?

Os resultados mostraram que quase todos os entrevistados (97,3%), reconhecem que a utilização de experiências musicais incluindo atividades em grupo e com objetivos terapêuticos são importantes para o processo de inclusão dos alunos com TEA. Além disso, as demais respostas foram bastante consistentes com a afirmação de que a música melhora a interação social deles com seus pares.

Diante desses resultados os autores concluem que as atividades, experiências musicais e musicoterapêuticas contribuem com os desenvolvimentos sociais e de inclusão dos alunos autistas, sendo assim um caminho de aproximação, utilizando-se da linguagem musical entre as crianças.

No estudo de Silvestain (2022), foi investigada a eficácia da musicoterapia performativa em grupo, uma abordagem que enfatiza a participação ativa dos indivíduos na criação e apresentação de música, utilizando a performance como ferramenta terapêutica para promover conexões sociais e desenvolvimento pessoal. Essas intervenções foram realizadas na modalidade virtual e inclusiva, envolvendo quatro adolescentes selecionados (três participantes do sexo feminino e um do sexo masculino), com idades que variam entre 15 a 18 anos, moradores e estudantes de uma escola secundária em Austin, Texas. Os participantes foram convidados através do e-mail da instituição escolar, sendo eles, participantes da banda ou orquestra, sem nenhuma interação além das aulas comuns, responderam ao formulário anexado ao interesse em participar da pesquisa, recrutados através de amostragem de conveniência. Os critérios adotados para os participantes neurotípicos, foram: estar na adolescência, tocar um instrumento musical há pelo menos 3 anos, nível de leitura de 7º ano, com funcionamento cognitivo de uma criança de 12 anos. Para os adolescentes com TEA os critérios foram: ter o diagnóstico para TEA, seguindo os padrões estabelecidos pelo DSM-V, idade entre 13 e 19 anos, tocar um instrumento musical há pelo menos 3 anos, compreensão de leitura a nível do 7º ano escolar (nível cognitivo de uma criança de 12 anos) (American Psychiatric Association, 2014).

Ao todo foram quatro encontros virtuais de atendimento, realizados pela plataforma Zoom ao longo de 2 semanas. No primeiro e último encontro as sessões

tiveram a duração de 1 hora e 30 minutos, pois foram aplicados as avaliações de Índice de Relações entre os Pares (IPR) contendo 25 perguntas afirmativas de caráter positivo e negativo integrando as questões, identificando se existe disfunção na relação entre pares. Quanto menores as pontuações atingidas, indicam a presença de pouca ou nenhuma disfunção na relação entre os pares. Também foram utilizadas medidas autorreferidas através de um questionário elaboradas pelo proponente da pesquisa (permeando o relacionamento social dos participantes e sobre acesso/uso da plataforma Zoom). Uma escala do tipo Likert contendo 3 questões, com pontuações de 1 a 6, analisadas através de estatísticas descritivas e 3 perguntas abertas de respostas curtas (citando alguma dificuldade, facilidade, e o que de mais "especial" aconteceu), complementam os dados para dar mais consistência aos resultados. O segundo e terceiro encontro tiveram duração de 1 hora pois não houve a aplicação da avaliação.

Os encontros virtuais utilizaram métodos musicoterapêuticos combinados através das experiências musicais de recriação (em que os participantes tocavam e compartilhavam as músicas do seu gosto musical), de composição (em que eles compuseram em conjunto uma música), receptivo (reflexão sobre a criação da música, se gostaram ou não e possíveis mudanças) e improvisação (adicionavam sessões de improvisação a música criada, alternando o solo entre os participantes).

Os resultados dos relatos trazidos pelos participantes via ferramenta de avaliação (IPR) e o autorrelato indicaram uma ligeira tendência para o sentimento de "mais conexão ao grupo" entre os participantes. Segundo a autora, os participantes começaram a se sentir mais próximos um do outro ao compartilharem suas próprias músicas e relatou que os momentos de conexão eram realizados em um ambiente sem qualquer julgamento.

Entre os quatro participantes, dois mantiveram as pontuações mais baixas, indicando pouca ou nenhuma disfunção na relação entre pares. O participante A obteve uma diferença significativa na diminuição da pontuação, enquanto o participante B apresentou um aumento na pontuação geral do IPR, indicando maior percepção de disfunção na relação entre pares. Em seu relato final, afirmou: "Eu não sinto que faço parte do grupo", o que reforça a ausência de sentimento de pertencimento ao longo das sessões.

Apesar de não apresentar diferenças estatisticamente significativas, trata-se de um estudo piloto, com número reduzido de participantes, sem grupo controle e sem separação clara

entre os resultados de participantes com TEA e neurotípicos, o que limita suas conclusões, mas aponta para a viabilidade da metodologia e necessidade de mais investigações.

4. Discussão

Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição multifatorial que afeta diretamente a comunicação e as habilidades sociais dos indivíduos, o que pode resultar em desafios significativos em ambientes sociais, educacionais e terapêuticos (APA, 2014). A literatura científica indica que, para crianças e adolescentes autistas, as intervenções terapêuticas adequadas podem promover avanços importantes nas habilidades sociais e comunicativas, aspectos essenciais para sua inclusão social e escolar (Steinbrenner, Hume, Odom, 2020). A importância da intervenção de profissionais qualificados, como psicólogos, fonoaudiólogos e musicoterapeutas, é amplamente reconhecida, especialmente no que tange ao uso da musicoterapia como uma prática inclusiva e transformadora (Bruscia, 2016; Steinbrenner, Hume, Odom et al., 2020).

As intervenções musicoterapêuticas, especialmente em grupos, têm mostrado resultados positivos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades de comunicação e interação social. Estudos como os de Walworth (2008) e Geretsegger et al. (2014) destacam que a musicoterapia, especialmente em grupos, pode proporcionar uma abordagem eficaz para melhorar as interações sociais de crianças com TEA, tornando-as mais inclusivas e colaborativas. A prática grupal de musicoterapia oferece um ambiente natural para o desenvolvimento de habilidades sociais, como turnos de fala, empatia e resolução de conflitos, e, como apontado por Gold et al. (2006), pode ajudar a reduzir as barreiras de comunicação não-verbal, proporcionando formas alternativas de expressão.

No entanto, apesar dos avanços na utilização da musicoterapia em contextos individuais e clínicos, sua aplicação em grupos ainda não é amplamente explorada, especialmente nos ambientes escolares e comunitários. Tal afirmação corrobora com a observação de Bruscia (2016), que enfatiza a importância de práticas ecológicas e inclusivas, onde o musicoterapeuta não apenas trabalha com o indivíduo, mas também auxilia a comunidade na adaptação e acolhimento da pessoa com TEA. A pesquisa de Silvestain (2022), que analisou intervenções de musicoterapia em grupos na modalidade on-line, evidenciou um efeito positivo no aumento do sentimento de pertencimento e na

criação de conexões entre os participantes, mas também levantou questões sobre a eficácia a longo prazo dessas intervenções, considerando o número reduzido de encontros.

Embora os resultados iniciais dessa pesquisa com prática on-line indicaram melhorias nas interações sociais e no vínculo entre os participantes, a ausência de um grupo controle e a falta de informações detalhadas sobre os participantes dificultaram uma análise mais aprofundada da efetividade das intervenções.

Geretsegger et al. (2014), abordam a limitação na implementação de intervenções em ambientes como escolas que devem ser melhor estruturadas para avaliar as mudanças nas interações sociais e habilidades comunicativas de maneira mais robusta.

Quanto aos dados obtidos através de questionários na pesquisa de campo descritivo-exploratória de Ameal, L. C., De Cunto T., G., & Sholl-Franco, A. (2022), as respostas afirmativas dos profissionais sobre as experiências musicais no processo de inclusão de crianças e adolescentes não fornecem detalhes suficientes sobre quais tipos específicos de experiências musicais estão sendo oferecidos. Da mesma forma, se elas são terapêuticas, práticas de musicalização ou jogos. Esse aspecto precisa ser melhor explorado para compreender o real impacto dessas atividades. A clareza sobre o tipo de atividade realizada é essencial para compreender o impacto real dessas práticas na inclusão e socialização dos indivíduos com TEA, como sugerido por Gold et al. (2006), que enfatizam a relevância das abordagens terapêuticas estruturadas.

Além disso, a escassez de estudos focados especificamente na prática de musicoterapia em grupo para a inclusão social de crianças e jovens com TEA é um ponto crítico. A maior parte das pesquisas e práticas se concentra em intervenções individuais ou em grupos pequenos compostos apenas por pessoas com TEA, limitando o alcance dos benefícios potenciais da prática musical como ferramenta de socialização e integração (Steinbrenner, Hume, Odom et al., 2020). Para que a inclusão social seja realmente eficaz, especialmente no contexto escolar, é necessário criar espaços mais amplos para interação com pares neurotípicos, favorecendo a troca de experiências e aprendizados colaborativos.

A intervenção on-line de musicoterapia em grupo realizada por Silvestain (2022), destaca a relevância da prática performativa e inclusiva de pessoas com TEA, especialmente quando se considera as possibilidades que a tecnologia oferece em termos de acessibilidade e democratização. Com os resultados das avaliações de Índice de Relações entre os Pares (IPR)

realizadas no início e no final das intervenções, foi possível mostrar indicadores positivos de maior conexão entre os membros do grupo e menor disfunção na relação entre os pares. No entanto, a análise dos dados pós-teste ainda foi inconclusiva devido à falta de identificação dos participantes, o que dificultou a distinção entre indivíduos neurotípicos e autistas, bem como a compreensão de suas necessidades específicas.

Diante dos resultados da coleta pós intervenções, a análise das respostas e o relato dos participantes indicaram um efeito positivo no sentimento de pertencimento para três dos quatro participantes, bem como de aceitação e conexão entre o grupo. Além disso, os resultados apontaram ligeiras variações entre as coletas antes e depois dos atendimentos, levantando a hipótese de que a intervenção, se realizada com maior número de encontros, poderia ter gerado efeitos mais perceptíveis nas pontuações da coleta pós atendimentos, visto que a formação de vínculo, em muitos casos, exige mais tempo para a aproximação dos indivíduos. Essa limitação, como apontado por Silvestain (2022), reforça a necessidade de mais encontros para fortalecer a efetividade da intervenção.

Dessa forma, não é possível reconhecer a real efetividade dos dados estatísticos sobre o impacto da intervenção com o público com TEA na pesquisa, especialmente considerando um único participante do sexo masculino, que não necessariamente seja neurotípico, mas um indivíduo que descreveu não se sentir mais conectado ao grupo, sugerindo a possibilidade de isolamento ou timidez. Assim como apontado pela autora, faz falta a inclusão de um grupo controle para fortalecer a pesquisa e a comparação dos resultados.

A revisão dos trabalhos selecionados, demonstra uma convergência das afirmações de ambos os estudos no que diz respeito ao potencial da musicoterapia em colaborar na inclusão e socialização de crianças e adolescentes com TEA, com os questionários respondidos pelos profissionais e pelos adolescentes selecionados na intervenção on-line apontando resultados positivos sobre a inclusão, socialização e conexão (Ameal, L. C., De Cunto T., G., & Sholl-Franco, A.; Silverstein, 2022). Contudo, a escassez de material sobre o tema continua sendo uma lacuna na literatura.

É importante destacar a relevância dos trabalhos de pesquisa de campo, considerando o protagonismo atual da musicoterapia, que foi reconhecida e oficializada pela Lei Brasileira nº 14.842 de 2024, que regulamenta a atividade profissional de musicoterapeuta. Além disso, a busca por evidências reais e contribuições para a intervenção terapêutica com pessoas com TEA, que colaboram na melhoria dos déficits na comunicação e interação social, inspira a constatação de que as práticas

musicoterapêuticas se tornam de extrema importância dentro do ambiente escolar ou de grupos, contribuindo com ganhos em habilidades sociais por meio da musicoterapia com pessoas com TEA e seus pares neurotípicos.

A partir dos trabalhos encontrados e da análise das publicações sobre o tema, considera-se que os aspectos sociais, de fundamental importância para a inclusão, são raramente explorados em estudos e práticas musicoterapêuticas realizadas em intervenções de grupo com inclusão. As práticas sociais, em muitos casos, são limitadas ao ambiente terapêutico, não abordando plenamente os contextos da vida social, onde poderiam ser amplamente aplicadas em ambientes como escolas, clínicas, organizações não governamentais e no âmbito familiar, impactando positivamente tanto a socialização quanto a inclusão de indivíduos com TEA.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos com este trabalho evidenciam a relevância e a alta demanda do tema abordado, especialmente no contexto da inclusão de crianças e jovens com TEA. Contudo, é perceptível a carência de publicações sobre as práticas inclusivas de pessoas com TEA.

Embora a importância da inclusão, em suma, está restrita, em muitos casos, a teorias e bibliografias, são poucos estudos que demonstram com dados mais concretos os reais benefícios da musicoterapia como prática inclusiva para pessoas com TEA. A legislação existe, mas sua efetividade depende de ações mais diretas e da criação de políticas públicas que promovam a inclusão em diferentes contextos, como escolas, clínicas e ambientes comunitários.

Nesse sentido, é fundamental que novos estudos sejam realizados, aprofundando a compreensão sobre as práticas musicoterapêuticas em grupo e seus impactos na inclusão social e no desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas de pessoas com TEA. A ampliação do número de trabalhos sobre este tema não apenas contribuirá para o avanço de futuras pesquisas, como também ajudará na implementação de práticas mais eficazes e sustentáveis que garantam, de fato, a inclusão social e educacional para as pessoas com TEA.

6. Referências

- Ameal, L. C., De Cunto T., G., & Sholl-Franco, A. (2022). Experiências musicais e inclusão de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista: A percepção de educadores e musicoterapeutas. In *Autismo: Avanços e desafios* (Vol. 3, pp. 68-82). Editora Científica Digital.
- American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5a ed.). Artmed.
- Bruscia, K. E. (2016). *Definindo Musicoterapia* (3a ed.). Barcelona Publishers.
- Ferreira, M. M. (2025). A musicoterapia e a atuação no transtorno do espectro autista. In: R. Louise (Org.). *Falando sobre autismo: os caminhos da intervenção*. Editora Agathos (in press).
- Geretsegger, M., Elefant, C., & Scholz, S. (2014). Music therapy for children with autism spectrum disorder. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 2014(6).
- Gold, C., Wigram, T., & Voracek, M. (2006). Effects of music therapy for children and adolescents with psychopathology: A meta-analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(11), 1133–1142.
- Junior, F. P. (2024). Quantos autistas há no Brasil? *Revista Autismo*. <https://www.canalautismo.com.br/noticia/quantos-autistas-ha-no-brasil/>. Acesso em 27 de junho de 2024.
- Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 27 de junho de 2024.
- Maenner, M. J., Warren, Z., Williams, A. R., et al. (2020). Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos: Rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento, 11 locais, Estados Unidos, 2020. *MMWR Surveillance Summaries*, 72(No. SS-2), 1–14. <https://doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>
- Mendes, R. P. da S. (2024). Relações sociais. *Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/relacoes-sociais.htm>. Acesso em 27 de junho de 2024.
- Santos, C. M. da C., Pimenta, C. A. de M., & Nobre, M. R. C. (2007). A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508-511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>

- Silvestain, L. A. (2022). As conexões em relacionamentos entre adolescentes autistas e neurotípicos participantes de um grupo virtual, inclusivo e performático de musicoterapia (Dissertação de Mestrado). Molloy College.
- Steinbrenner, J. R., Hume, K., Odom, S. L., Morin, K. L., Tomaszewski, B., Szendrey, S., McIntyre, N. S., Yücesoy-Özkan, Ş., & Savage, M. N. (2020). Evidence-based practices for children, youth, and young adults with autism. *The University of North Carolina at Chapel Hill, Frank Porter Graham Child Development Institute, National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice Review Team*.
- Standley, J. M. (2000). The effects of music therapy on children with autism spectrum disorder: A review of the literature. *Journal of Music Therapy*, 37(3), 174-185.
- União Brasileira de Associações de Musicoterapia (UBAM). (2018). *Diretrizes e práticas em musicoterapia*.
- Walworth, D. (2008). The effects of group music therapy on social behaviors in children with autism spectrum disorders. *Journal of Music Therapy*, 45(2), 133-143.
- World Health Organization. Autism spectrum disorders. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 4 maio 2025.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non Commercial-Share Alike 4.0 International License.